
Daxiyangguo

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos

ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2022, Número 28, páginas 75-101

DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2022.28/pp.75-101

Índia – o paradoxo de uma potência nuclear frágil

India – the paradox of a fragile nuclear power

Graça Penha-Gonçalves *

* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Portugal; Email: gracapenhagoncalves@gmail.com

RESUMO

O dealbar da segunda guerra-fria, que impõe um novo alinhamento dos Estados no Sistema Internacional e, conseqüentemente, redesenha a hegemonia política mundial, constitui o contexto político do presente estudo incidente na relevância geos-tratégica da Índia e na análise do seu sistema político. Partindo de uma abordagem construtivista da democracia indiana, argui-se que a emergência da Índia como Estado-charneira na Região do Indo-Pacífico e à escala global depende não apenas do seu perfil securitário, mas da sedimentação do seu regime democrático-liberal e do reforço da sua coesão social.

Palavras-chave: robustez e vulnerabilidade securitárias; recessão democrática; fragilidade humana; coesão social

ABSTRACT

The outbreak of the second cold war that imposes a new alignment of States in the International System, redesigning the world political hegemony, constitutes the political scenario of this study, which focuses on the geostrategic relevance of India and on the analysis of its political system. Starting from a constructivist theoretical approach of the Indian democracy, this study argues that the rise of India as a pivotal state in the Indian-Pacific Region and at a global level depends not only on the its security profile, but on the deepening of its democratic-liberal regime, as well as on the strengthening of its societal cohesion.

Keywords: security threats and potentialities; democratic recession; human fragility; societal cohesion

1. Introdução

Com uma forma triangular imperfeita e uma área total de 3.287.263 km², correspondente a cerca de 1/3 da extensão territorial dos Estados Unidos da América, da China ou da Europa e mais de trinta vezes superior à de Portugal, a Índia situa-se no hemisfério norte, em concreto, no subcontinente asiático e é delimitada pelo mar Arábico a sudoeste, pelo golfo de Bengala a sudeste e pelo Oceano Índico a sul, o que determina uma linha de costa de 7.516 km. O estreito de Palk separa o extremo sul do território indiano do Sri Lanka, abrangendo o mar territorial indiano a ilha de Lakshadweep a oeste, bem como as ilhas de Andaman e Nicobar que partilham fronteira marítima com a Tailândia, o Myanmar e a Indonésia. Por seu turno, a extensão da linha de fronteira terrestre da Índia perfaz 15.200 km e é partilhada com a China, o Nepal e o Butão (a norte), com o Paquistão e o Afeganistão (a Oeste e noroeste), e com o Bangladesh e Myanmar (a nordeste).

Teoreticamente, a identidade geopolítica da Índia corresponde ao crescente interior desenhado por Mackinder (1919), insere-se na região da Pan-russa, de acordo com a delimitação cartográfica orientada pelos meridianos, definida por Haushofer (2002) e nos limites da circunscrição geográfica do Rimland de Spikman (1942, p. 7), integrando o caldeirão civilizacional asiático identificado por Huntington (1993).

Do ponto de vista morfológico, a Índia pode ser dividida em 4 regiões principais: a) a região das grandes montanhas onde, na fronteira norte, pontifica parte da cordilheira montanhosa mais alta do mundo, os Himalaias; b) a região das planícies, onde se destaca, também a norte, a planície indo-gangética; c) a região desértica que alberga cerca de 85% do grande deserto do Thar que se estende ao Paquistão; d) a Península do Sul que apresenta uma massa

de elevações montanhosas cujo relevo oscila entre os 600 e os 1200 metros de altitude (Índia 2000 – a reference annual, 2000).

A caracterização cartográfica descrita constitui a base de ponderação multinível dos condicionamentos e potencialidades essenciais da arquitetura geopolítica da Índia como potência nuclear e económica mas que, paradoxalmente, ostenta índices de fragilidade humana inquietantes.

2. Potencialidades e Vulnerabilidades Geoestratégicas

2.1 A rivalidade territorial

Na fronteira norte da Índia, o enclave da região de Jammu e Caxemira, que integra as nascentes dos principais rios da Índia e do Paquistão, constitui um foco de tensão militar que remonta à independência da Índia do domínio britânico, em 1947. Com o intuito de sarar a rivalidade religiosa secular entre hindus e muçulmanos, a Índia é separada do Paquistão. A precipitada partição das fronteiras entre a Índia e o Paquistão determina que o território do enclave seja palco de múltiplos conflitos que se agravam, a partir da década de 80.

Com efeito, após a retirada das forças militares da União Soviética do Afeganistão, a deslocação dos mujahidins afegãos junta-se à nova geração militante do fundamentalismo islâmico, formada nas madraças do Paquistão para ingressarem em partidos religiosos oponentes ao partido nacionalista de Benazir Bhutto. As referidas organizações são responsáveis por múltiplos atentados bombistas, fazendo fracassar as tentativas de negociação de acordos de paz entre a Índia e os separatistas muçulmanos (Neves, 2010). Progressivamente, a delegação da responsabilidade pela disputa territorial de Caxemira às organizações terroristas tornou-se a marca do processo de talibanização da política paquistanesa nas suas relações com a Índia. Como acentua Zahid Hussain (2007), o ISID (Inter-Services Intelligence Directorate) converte-se em agência estadual patrocinadora destes grupos. As tréguas são realizadas em 2000 com a suspensão das operações militares indianas em Caxemira que sucede após o anúncio de cessação unilateral da atividade terrorista do principal grupo separatista/jihadista, o Hizbul Mujahidine.

Todavia, tal como demonstram os conflitos armados de 1999, em Kargil, e de 2020, no Vale do Galwan, o clima de instabilidade político-militar gerado pela indefinição fronteiriça do enclave, atualmente administrado em zonas distintas pela Índia, Paquistão e China (Fig. 1) é exponenciado com a aprovação, em 2015, do projeto do Corredor Económico China-Paquistão. Atravessando o enclave (Fig. 2), o corredor integra a nova rota da seda chinesa, com o objetivo parcial de unir a região ocidental da China com o Mar Árabe e o Oceano Índico, o que favorece a redução dos encargos e assegura a fluidez do

transporte de mercadorias, produtos petrolíferos e gás natural para a China, em troca de um investimento maciço no Paquistão, de cerca de 62 biliões USD (Ritzinger, 2015), em infraestruturas viárias, ferroviárias, aéreas, energéticas, tecnológicas e espaciais. Tais factos traduzem a impossibilidade de antever a pacificação do enclave a curto ou médio prazo.



FIGURA 1

Domínio político e reclamação territorial no enclave de Jammu e Caxemira

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47086170>, acesso em 15/01/22.



FIGURA 2

Traçado do corredor económico China-Paquistão

Fonte: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-37988430>, acesso em 15/01/2022.

2.2 O domínio do Índico

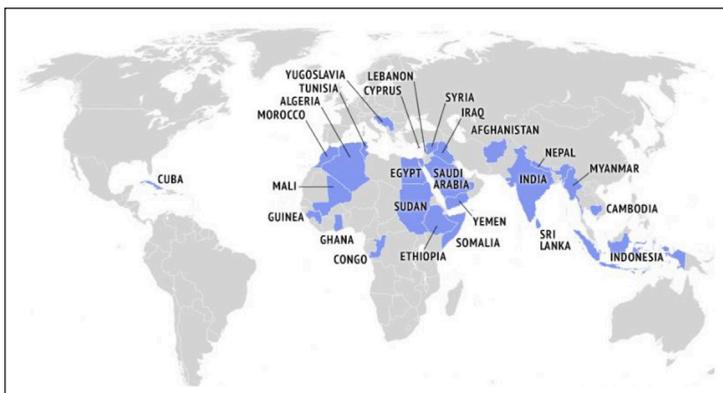
2.2.1 O não-alinhamento

Por se encontrar localizada na Região do Oceano Índico (IOR, acrónimo inglês), um dos maiores corredores do comércio marítimo mundial que liga o Médio Oriente, a África e a Ásia Oriental, e onde circula cerca de $\frac{2}{3}$ do transporte mundial de mercadorias, bem como 80% do tráfego marítimo de petróleo e hidrocarbonetos, a Índia assume uma inquestionável relevância geoestratégica. Acresce que cerca de 40% da produção mundial de petróleo offshore tem origem no Índico, sendo a atividade piscícola da IOR a terceira mais volumosa do mundo^[1].

Na sua breve história enquanto Estado independente, a projeção dos interesses estratégicos da Índia na região do Índico inicia-se no mandato primo-ministerial de Nehru. Ao mesmo tempo que se empenha em consolidar a democracia e robustecer industrialmente a Índia, Nehru assume o legado pacifista de Gandhi, promovendo, em 1961, a instituição do Movimento dos Não-Alinhados (Fig. 3), ao arrepio da bipolarização emergente da guerra fria.

Efetivamente, o Movimento dos Não-Alinhados almeja constituir-se como um modelo distintivo de relacionamento entre Estados, inspirando-se nos princípios de coexistência pacífica, ínsitos no prévio Tratado de Panchsheel (ou das 5 virtudes) — concluído entre a China e a Índia e incidente no conflito fronteiriço na região do Tibete —, bem como na Carta das Nações Unidas, quais sejam, o respeito pela soberania e integridade territorial dos seus membros, com os corolários de não-agressão, não ingerência e de reciprocidade nas relações comerciais. Os referidos postulados atraem a agregação dos novos Estados formados a partir dos movimentos de libertação nacional e dos processos de descolonização europeia em África e na Ásia, nas décadas de 60 e 70 do século XX. Todavia, em total em confluência com o desiderato pacifista originário, e como reação ao envolvimento dos Estados Unidos e da China no Paquistão, no contexto da guerra da independência do Bangladesh de 1971, emerge a aliança indo-soviética, que serve os interesses da Índia no apoio às pretensões dos independentistas e, simultaneamente, gera a oportunidade de a União Soviética expandir a sua influência ideológica na Ásia.

1. Cfr <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/xo.html>, acesso em 11/01/2022.

**FIGURA 3**

Estados-membros do Movimento dos Não-Alinhados (1961)

Fonte: Rane - <https://worldview.stratfor.com/article/status-non-aligned-movement>, acesso em 18/01/2022.

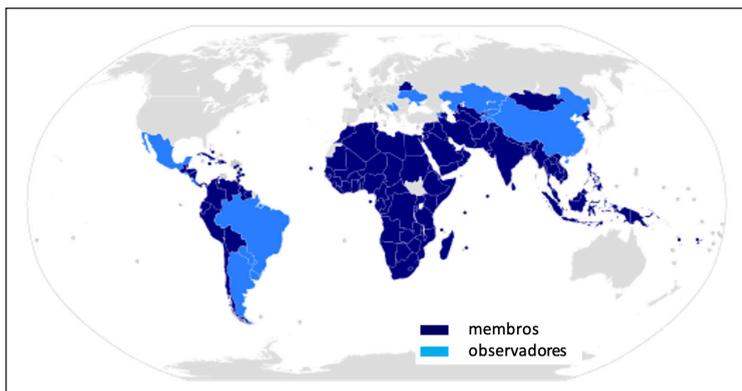
Embora os atuais 120 estados-membros do Movimento dos Não-alinhados (Fig. 4) constituam a grande maioria dos membros das Nações Unidas, a exclusão de grandes potências, como os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a União Soviética e o Japão, limitou a respetiva capacidade de impactar tendências globais ou fazer cumprir as suas próprias resoluções, ou tão-pouco evitar conflitos armados entre os seus membros, factos que, aliados à erosão do bloco soviético, o levam a soçobrar.

Contudo, o que começou como uma alternativa ao alinhamento com as grandes potências no curso da guerra fria evoluiu para uma oportunidade de convívio diplomático e inerente intensificação da cooperação entre os Estados do Índico e do Sudeste Asiático, sob a liderança da Índia, liderança que nas últimas décadas a China se empenha em capturar.

2.2.2 A ameaça sino-cêntrica

Urdida por Deng Xiaoping, a partir da década de 90, a ambição expansionista chinesa é iniciada sob o signo do princípio constitucional “um país dois sistemas” — experienciado nos processos de transição para a China dos territórios de Macau e Hong-Kong — que mantém a autocracia vigente, ao mesmo tempo que consente a adoção do liberalismo económico, gerador de um acelerado e sustentado desenvolvimento económico, entretanto exponenciado pela globalização.

A competitividade da economia chinesa nos mercados regional e global fica, porém, comprometida pela dependência energética, que totaliza cerca de

**FIGURA 4****Membros atuais do Movimento dos Não-Alinhados**

Fonte: Reddit - https://www.reddit.com/r/imaginarymaps/comments/61aynw/nonalignedmovement_20/, acesso em 18/01/2022.

70% do total das suas importações. Por essa razão, em 2013, o Presidente chinês Xi Jinping anuncia ao mundo a iniciativa “one belt one road”, considerada como a nova rota da seda pela vasta literatura científica sobre esta matéria, onde se destacam as obras colectivas *China’s Belt and Road Initiative: motives, scope, and challenge* (Djankov & Miner, 2016) e *The Political Economy of Regionalism, Trade, and Infrastructure Southeast Asia and the Belt and Road Initiative in a New Era* (Liu, Lim, & Guanle, 2021), bem como os estudos de Callahan, (2016), Pautasso & Ungarett (2017), Rolland (2017), Du & Zhang (2018) e Sarkar (2018).

Como ilustra a Figura 5, a rota é desenhada com uma dupla dimensão terrestre e marítima. Na sua valência terrestre, a rota percorre três continentes, através dos seguintes eixos que ligam: a) a China e a Europa, através da Ásia Central e da Rússia; b) a China e o Médio Oriente, através da Ásia Central; c) a China, a Ásia Meridional e o Sudeste Asiático. Por seu turno, a valência marítima da rota contempla toda a IOR, subdividindo-se em dois eixos que ligam: a) a China, o Pacífico Sul e o Mar do Sul da China; b) a China e a Europa, através do Mar do Sul da China e do Oceano Índico.

Complementarmente o projeto integra a criação de seis corredores económicos internacionais, designadamente a) China-Mongólia-Rússia; b) New Eurasian Land Bridge; c) China – Ásia Ocidental – Ásia Central; d) China-Índia-Bangladesh-Myanmar; e) China-Península da Indochina e f) China-Paquistão, que exigem uma megalómana profusão de estruturas aeroportuárias, portuárias e petrolíferas, bem como de redes viárias, ferroviárias e

marítimas (Fig. 6), financeiramente suportadas pelo AIIB (Asian Infrastructure Investment Bank), titulado pela China, e pelo SRF (Silk Road Fund), inscrito no Orçamento de Estado chinês (Colombo, 2020).

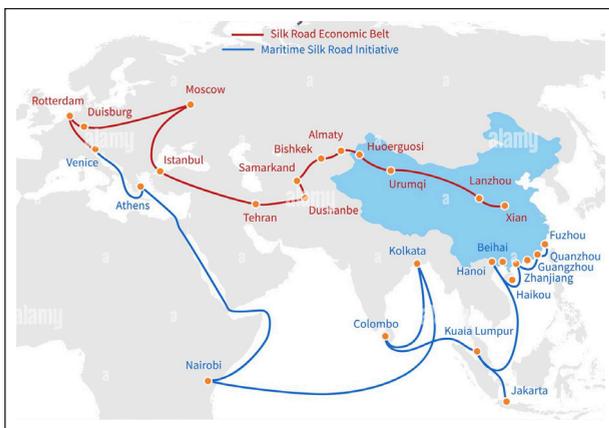


FIGURA 5
Cartografia da nova rota seda

Fonte: reproduzido de <https://www.alamy.com/one-belt-one-road-chinese-modern-silk-road-economic-transport-way-on-world-map-vector-illustration-transit-roadmap-shipping-european-and-eurasia-distant-image354318589.html>, acesso 25/01/2022.

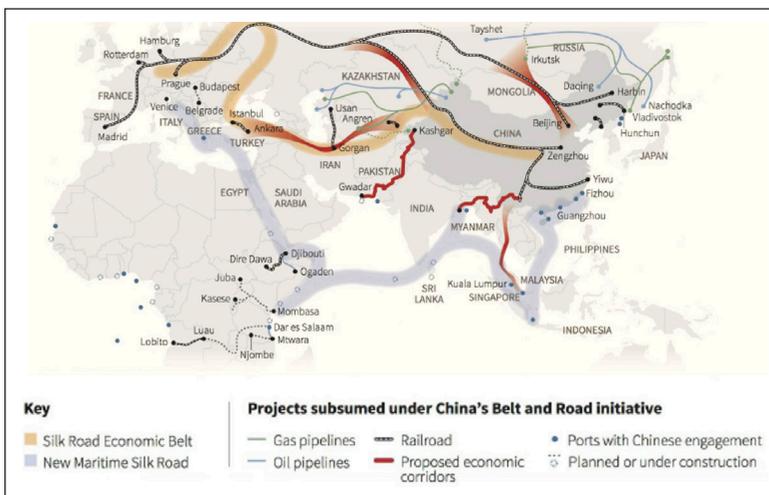


FIGURA 6
Principais infraestruturas da nova rota da seda

Fonte: reproduzido de (Lu, Rohr, Hafner, & Knack, 2018, p. 3).

A *mise en place* da nova rota da seda, que enseja recuperar a reminiscência de grandeza da China subjacente ao Império do Meio (中间帝国 ou Zhōngjiān dīguó), radica num modelo de sistema político mundial baseado numa comunidade de destino compartilhado entre nações soberanas, ontologicamente fundamentado no talismã da vizinhança em harmonia em relação ao qual a China se considera paladina.

Ora, sem prejuízo da discussão em torno da expansão chinesa se basear na narrativa de “desenvolvimento pacífico” (Cabral, 2020) ou, na versão de Xi Jinping, no “sonho chinês” (Daojiong, 2015), no plano factual a nova rota da seda percorre 65 Estados, demonstrando aptidão para subalternizar a hegemonia política dos Estados Unidos da América quer ao nível global, quer na imensa Região do Indo-Pacífico. Por hegemonia política compreendemos o modo de externalização maximizada da soberania no que tange as capacidades de influência e decisão do Estado no Sistema Internacional, em função dos seus interesses geoestratégicos.

Efetivamente, na sua valência marítima, eufemisticamente designada por “String of Pearls” (MacDonald, Donahue, & Bethany, 2004), a rota envolve o controlo de todos os *chocke points* (Cohen, 2009), ao longo do SLOCs (See Lines of Communication) do Oceano Índico, correspondentes aos Estreitos de Ormuz, de Bab el-Mandeb, de Malaca e de Lombok que, respetivamente, o ligam ao Mar Vermelho, ao Mar Árábico e ao Oceano Pacífico.

Acresce que o Sting of Pearls implica a construção e/ou modernização dos portos de Colombo e Hambantota (no Sri Lanka), de Gwadar (no Paquistão), de Chittagong, da Ilha Meday (no Myanmar) e do Port of Victoria (nas Ilhas Seychelles), conformando, em nosso entender, uma agressiva macro-estratégia de capacitação de poder bélico marítimo periférico.

Deste modo, para além de se configurar como um garrote à projeção dos interesses económicos dos Estados da IOR, acentuando a dependência económica dos mais frágeis, o Spring of Pearls constitui uma ameaça securitária ostensiva com especial relevo para a Índia.

Neste mesmo sentido escreve Pehrson (2006): “Each “pearl” in the “String of Pearls” is a nexus of Chinese geopolitical influence or military presence. Hainan Island, with recently upgraded military facilities, is a “pearl.” An upgraded airstrip on Woody Island, located in the Paracel archipelago 300 nautical miles east of Vietnam, is a “pearl.” A container shipping facility in Chittagong, Bangladesh, is a “pearl.” Construction of a deep water port in Sittwe, Myanmar, is a “pearl,” as is the construction of a navy base in Gwadar, Pakistan”.

Comprimida entre a ameaça naval da China no “String of Pearls” e o corredor continental na fronteira com o Paquistão, a Índia contrapõe o programa

estratégico “Look East Policy”, numa dupla dimensão económica e securitária (Costa, 2021). Com início em 1991 no mandato primo-ministerial de Narsimha Rao, o programa escora-se na Indian Maritime Doctrine e é prosseguido por Atal Bihari Vajpayee (1998-2004) e Manmohan Singh (2004-2014), culminando com a aprovação parlamentar do Act-East sob a iniciativa de Narendra Modi, actual Primeiro-Ministro. A sua aplicação pode ser sistematizada em três eixos/fases, embora não necessariamente homogéneos ou cronológicos.

O primeiro eixo de projecção dos interesses estratégicos da Índia constitui uma reação ao desconforto gerado pela ascensão económica da China em África, expressa na instituição do FOCAC (Fórum de Cooperação China-África), cujo plano de ação, para além do apoio facultado ao desenvolvimento social e da ampliação da ajuda financeira e humanitária, contempla o financiamento massivo à construção de grandes infraestruturas (portuárias, aeroportuárias e viárias, tecnológicas, energéticas), bem como a criação de zonas de comércio livre ou zonas económicas especiais com o Quénia, o Djibouti e o Sudão, cujas estruturas portuárias constituem um vetor central de consolidação do String of Pearls.

Em resposta, a Índia procura capitalizar o prestígio e influência granjeados no Movimento dos Não-Alinhados para reforçar as relações de amizade e de cooperação económica, tecnológica e militar, incluindo a ajuda financeira a 24 países africanos prevista no FAP (Focus Africa Programme) de 2002 (Mawdsley & MacCann, 2011), para multiplicar acordos de comércio bilaterais sujeitos à cláusula da nação mais favorecida com os Estados da IOR, e para intensificar as relações comerciais com os países produtores de petróleo do golfo da Guiné, que representam cerca de 24% a 30% das importações indianas de crude.

Embora com uma década de atraso sobre a ofensiva económica chinesa, a Índia goza de maior fiabilidade na penetração em África, fruto de um consistente entrosamento civilizacional gerado pelos fluxos migratórios do século XX que remontam aos anos 60. Nesta fase assume também especial relevância sub-regional a instituição do Acordo Organização BIMSTEC que estabelece laços de cooperação nos domínios da economia, tecnologia, energia, transportes, turismo e pescas entre os Países da orla costeira da Baía de Bengala, estendendo-se, posteriormente, ao Butão e ao Nepal.

O segundo eixo de conquista de poder nas relações externas, desenvolve-se através de um complexo percurso de abertura ao multilateralismo, através do qual a Índia assinala a sua presença em fóruns de discussão e cooperação económica, entre os quais se destaca, desde 2006, o ASEAM^[2], fórum trans-

2. Cfr <https://www.dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/Pages/asia-europe-meeting-aseam>.

regional, instituído em 1996, e que agrega 21 países asiáticos, para além do Secretariado da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), União Europeia, Noruega, Suíça e Reino Unido.

Acresce que a opção indiana de não adesão à ASEAN — cujo modelo de governança se inspira no da União Europeia — não prejudica a conclusão em 2003 do Asean-India Comprehensive Economic Cooperation Agreement^[3] (comumente designado por AIFTA ou acordo de comércio livre Índia-Asean) mais vasto que os predecessor SAARC^[4], nem tão pouco impede a conclusão de acordos comerciais com a quase totalidade dos Estados-membros da ASEAN, como também não interfere nas interações entre a China e a Índia, ao nível da exploração espacial e ao nível financeiro, no AIIB (Asian Infrastructure Investment Bank), onde os indianos detêm a segunda maior participação.

No que especificamente concerne o domínio securitário, a Índia afirma a sua supremacia como principal ator asiático na IOR e na Região da Ásia-Pacífico tanto por via diplomática, como por via militar. O essencial da teia diplomática securitária da Índia contempla a sua participação nos seguintes fóruns, organizações e convenções regionais e internacionais:

- Treaty of Amity and Cooperation in the Southeast Asia, concluído em 1976, que agrega os membros fundadores da ASEAN e estabelece a renúncia do recurso à ameaça ou uso da força e o compromisso de resolução pacífica de conflitos *inter se* ;
- EAS^[5] (East Asia Summit), que incide sobre a segurança da Região Ásia-Pacífico e onde participam 26 Estados incluindo a China, o Japão, a Rússia, os EUA e também a UE;
- ARF (ASEAN Regional Forum)^[6], instituído em 1994 para promover a paz e a segurança através do diálogo e da cooperação na Região da Ásia-Pacífico;
- CSAP (Council for Security Cooperation Asia-Pacific)^[7], integrado por peritos não governamentais para discussão de assuntos securitários.

3. Cfr. <https://asean.org/framework-agreement-on-comprehensive-economic-cooperation-between-the-republic-of-republic-of-india-and-the-association-of-southeast-asian-nations/>.

4. Cfr. <https://asean.org/speechandstatement/declaration-of-asean-concord-ii-bali-concord-ii/>.

5. Cfr. <https://www.dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/eas/east-asia-summit-eas>.

6. Cfr. <https://aseanregionalforum.asean.org/>.

7. Cfr. <http://www.cscap.org/>.

Ainda no domínio da segurança assume particular relevância a Asean-India Partnership Agreement for Peace, Progress and Shared Prosperity^[8], que respeita ao combate à ameaça do terrorismo internacional, ao tráfico de pessoas, armas e estupefacientes, à pirataria marítima e aos crimes económicos internacionais, cibernéticos e ambientais, por meio de vínculos e programas institucionais de cooperação que priorizam o intercâmbio de informações e capacitação financeira, pericial e logística.

Porém, a parecia em alusão não compromete a Índia na construção das três comunidades previstas no programa Vision 2020 — constante da Declaração Concord II, adotada na ASEAN Summit de Bali^[9] —, quais sejam, a ASC (Asean Security Community), a AEC (Asean Economic Community) e a ASCC (Asean Socio-cultural Community). Tal significa que mantém a sua política externa desvinculada e por, conseguinte, aberta ao estabelecimento dos compromissos mais favoráveis à suas contingências securitárias.

Do ponto de vista militar a Índia apresenta-se ainda como a 6.^a potência nuclear à escala global. A pujança militar da Índia é paradigmaticamente demonstrada pelo exercício Milan, que se insere na India's Maritime Security Strategy. O exercício ocorre bianualmente desde 1995 no mar territorial das ilhas Andaman e Nicobar, sob a égide do Comando Naval Oriental indiano e envolve, atualmente, a participação de cerca de 40 países.

As sinergias militares entre “marinhas amigáveis” visadas pelo Milan estão na base da formação e consolidação dos pactos de defesa coletiva bilaterais concluídos entre a Índia, a Indonésia, a Malásia e Singapura, que correspondem aos litorais-chave do Estreito de Malaca, ponto de passagem marítima entre os oceanos Índico e Pacífico e de escoamento de produtos petrolíferos críticos para a China.

A periódica demonstração do poder bélico naval da Índia detém ainda a virtualidade de evidenciar a sua importância como parceiro estratégico imprescindível no âmbito da ASEAN. De facto, como patenteia a Figura 7, a supremacia militar naval indiana aliada ao apoio multilateral que tem sabido cultivar, conferem-lhe uma inquestionável preeminência enquanto ator securitário asiático na vasta Região do Indo-Pacífico.

A terceira fase de projeção de interesses geoestratégicos da Índia considera a capacidade bélica nuclear dos Estados Asiáticos e das superpotências (Tab. 1) que lança luz sobre a perigosidade do ambiente político-militar na Região da Ásia-Pacífico. Não obstante, consideramos que a possibilidade de des-

8. Cfr. <https://asean.org/asean-india-partnership-for-peace-progress-and-shared-prosperity/>.

9. Cfr. <https://asean.org/speechandstatement/declaration-of-asean-concord-ii-bali-concord-ii/>.

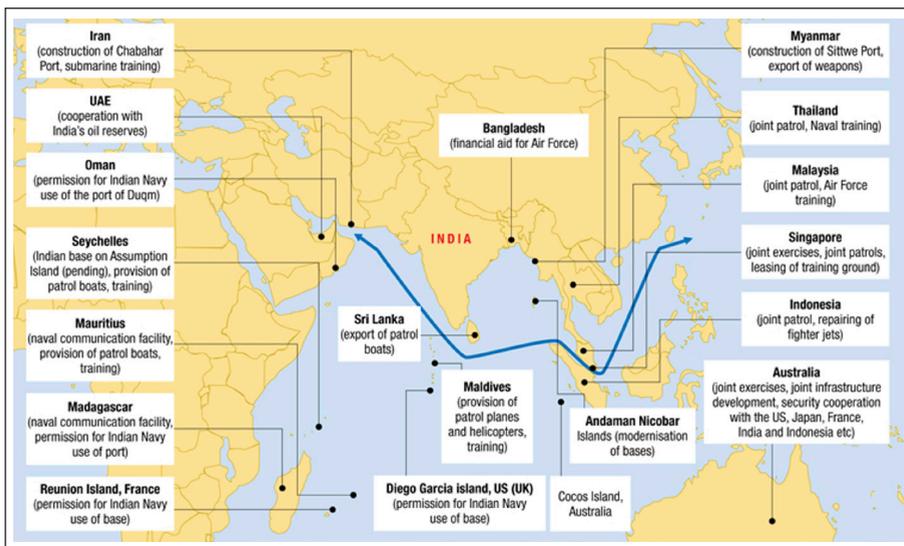


FIGURA 7

Presença securitária da Índia nas Regiões dos Oceanos Índico e da Ásia-Pacífico

Fontes: Drishti – The Vision Foundation, acesso em 14/02/2022 e https://duckduckgo.com/?q=Indian+military+capacities+map&k1=-1&km=1&k9=%230101C4&kj=%23913100&ku=1&kt=h&kr=c&kq=-1&kv=1&t=h_&iax=images&ia=images&iai=htp%3A%2F%2Fakm-img-a-in.tosshub.com%2Findiatoday%2Fimages%2Fbodyeditor%2F201908%2FCDS-graphic-x1492.png%3FALMIWLr62NrJnHrdvZTptfefe8spV8A, acesso em 8/07/2022.

TABELA 1

Número de ogivas nucleares das forças em presença na região do Indo-Pacífico

PAÍSES	OGIVAS NUCLEARES	% DO TOTAL MUNDIAL
Rússia	6.257	47,7%
EUA	5.550	42,3%
China	350	2,67%
Paquistão	165	1,65 %
Índia	160	1,22%
Coreia do Norte	45	0,34%

Fonte: construído a partir dos dados de 2020 recolhidos do site da Federation of American Scientists cfr. <https://fas.org/issues/nuclear-weapons/status-world-nuclear-forces/>, acesso em 25/02/2022.

truição recíproca das grandes potências asiáticas conforma um jogo de soma zero (Dodds, Kuus, & Sharpe, 2013), ou seja, o resultado que ocorre num cenário de hostilidade ou de interesses estratégicos opostos, em que cada jogador não tem vantagem em alterar a sua estratégia bélica se os demais jogadores o não fizerem (Nash, 1950), tal como o que caracterizou a guerra-fria.

Considera ainda a alteração do contexto internacional decorrente da implosão do Pacto de Varsóvia e as suas consequências na Região da Ásia-Pacífico, mormente o *vacuum* geopolítico decorrente do desinteresse da Federação Russa em manter a sua influência militar na Região (Sware, 2008) — mau grado a vigência por vinte anos do pacto de aliança, amizade e cooperação concluído com a Índia, em 1993 — e a conseqüente predisposição assumida pela China para duplicar a seu arsenal nuclear na próxima década.

Como elucidativamente afirmava, em 2012, o Primeiro-Ministro japonês: “increasingly, the South China Sea seems set to become a “Lake Beijing” (...): a sea deep enough for the People’s Liberation Army’s navy to base their nuclear-powered attack submarines, capable of launching missiles with nuclear warheads. Soon, the PLA Navy’s newly built aircraft carrier will be a common sight — more than sufficient to scare China’s neighbors”¹⁰.

A crescente tensão do ambiente político, ditada pela vertiginosa expansão das capacidades militares da China, impõe a convergência de interesses estratégicos entre aos Estados Unidos da América e a Índia, com o intuito de assegurar a estabilidade securitária do continente asiático em distintas dimensões, entre as quais avultam:

- O controlo do tráfego mundial de mercadorias através do SLCO asiático;
- O combate às redes de terrorismo, de tráfico de pessoas, armas e estupefacientes e à pirataria marítima;
- A contenção da China como ator hegemónico económico e, no domínio securitário como “perturbador marítimo” (Mahan, 1890) na região do Indo-Pacífico.

A *entente* indo-americana reflete a prática da política externa americana prosseguida no curso da guerra fria, teoreticamente sustentada pelo realismo geopolítico (Waltz, 1979) cujos pressupostos radicam:

10. Comentário de Shinzo Abe na publicação on-line Project Syndicate de 27/12/2012. cfr.<https://www.project-syndicate.org/onpoint/a-strategic-alliance-for-japan-and-india-by-shinzo-abe>, acesso em 25/01/2022.

- Na relevância atribuída à estrutura anárquica e conflitual do Sistema Internacional, composta primariamente por interações que envolvem a ameaça ou o uso da força;
- Na conceção do Estado como ator primordial do Sistema Internacional cuja atuação visa assegurar a sua sobrevivência entre os mais;
- No desiderato de projeção dos seus interesses e maximização dos seus ganhos, numa lógica competitiva entre unidades soberanas iguais.

Já para o neorealismo ou “realismo estruturalista” (Santos & Ferreira, 2012), que se desdobra nas perspetivas defensiva (Snyder, 2000) e ofensiva (Mearsheimer, 2001), a atuação dos Estados no Sistema Internacional pode ser explicada pelas pressões exercidas pela competição internacional, que limita e constringe as suas escolhas. Um Estado é, pois, mais poderoso que outro na medida em que tenha capacidade de afetar os outros, mais do que estes o afetam a si.

A teoria geoestratégica dos *chocke points*, da autoria de Saul Cohen (2009), emerge como paradigmática da compreensão neorrealista do Sistema Internacional, uma vez que identifica no mundo dois blocos principais — O Mundo Dependente do Comércio Marítimo e o Mundo Continental Euro-Asiático — e duas regiões que designa por “cinturas fragmentadas”, onde a influência dos dois blocos se chocam e às quais atribui um papel decisivo na disputa do poder político mundial: o Médio Oriente e o Sudeste Asiático.

Neste quadro teórico, a aliança estratégica entre a América e a Índia indicia uma transição de poder em toda a Região da Ásia-Pacífico, favorecendo a determinação americana de influir na “balança de poderes” (Moreira, 2016) da Região, com a vantagem do recurso ao “burden sharing” (Unger, 1999), que mitiga os encargos da sua presença na Região, bem como os de eventuais necessidades de intervenção militar.

No que respeita à Índia, o aprofundamento da aliança com os EUA, ao mesmo tempo que produz um imediato efeito *spillover* no reforço do domínio securitário da IOR, confere-lhe ainda a vantagem de aspirar a uma posição Estado-charneira ou fiel da balança de poderes na Região da Ásia-Pacífico entre os expectáveis contendores económicos, China e EUA.

Este alinhamento desenvolve-se através do QUAD (Quadrilateral Initiative Dialogue), que integra representantes da Austrália, Índia, Japão e EUA. A primeira reunião do QUAD ocorre em 25 de maio 1998, à margem do encontro do Fórum Regional da ASEAN/ARF em Manila, sob os auspícios do 1.º Ministro

Japonês que considera as virtualidades do impacto positivo para a segurança asiática subjacente à parceria estratégica entre “aliados democráticos naturais”, como se ilustra na Figura 8.

Não foi, pois, mera coincidência, que a 1.^a reunião desta “plataforma multilateral” (Penha-Gonçalves, 2021) tenha sido precedida pelo exercício Malabar^[11], no mar do Japão — que agregou as forças navais dos EUA, Japão, Índia e Singapura — logo seguido, em Setembro do mesmo ano, na Baía de Bengala, por um dos maiores jogos de guerra multilaterais realizados, envolvendo três porta-aviões (2 dos EUA e 1 da Índia). Mau grado a resistência inicial da Austrália, motivada pelo apreciável volume de negócios que mantém com a China, ter dificultado a clarificação dos objetivos e metas do QUAD, “esta ideia foi recentemente ressuscitada pelo primeiro-ministro japonês Shinzo Abe com referência a um «diamante democrático de segurança» na Ásia, cobrindo os mares entre a Índia, a Austrália, o Japão e o estado americano do Hawai” (Xavier, 2013, p. 66). De facto, a Austrália reverte a sua posição inicial, participando na reedição do exercício naval Malabar, no âmbito do QUAD em Agosto de 2021^[12].

A concretização do aludido quadrilátero securitário permite que Índia possa aspirar à posição de *player* à escala global. Neste mesmo sentido aponta a estratégia norte-americana para a região do Indo-Pacífico cujo relatório, emitido em 2022 pela administração Biden, refere: “Strategic means: Modernized alliances; flexible partnerships, including an empowered ASEAN, a leading India, a strong and reliable Quad, and an engaged Europe; economic partnership; new U.S. defense, diplomatic, development, and foreign-assistance resources; sustained focus on and commitment to the region at all levels of the U.S. government”^[13].

Contudo, como salienta Harst Pant (2008, p. 3) “the biggest strategic challenge facing India today is systemic”. Em conformidade, e em linha com a aceção construtivista das Relações Internacionais, defendemos que a pujança do Estado no Sistema Internacional não é apenas diretamente proporcional às capacidades materiais que detém, sobretudo no domínio militar e económico, mas também ao grau de coesão social interna que o seu sistema político consegue granjear, pois, como liminarmente acentua Buzan (1983, p. 60 e segs.):

11. Cfr. <https://www.thehindu.com/news/national/malabar-is-the-most-complex-naval-exercise/article38093935.ece>, acesso em 7/07/2022.

12. Jornal “The Diplomat”. Cfr. <https://thediplomat.com/2021/08/the-quad-conducts-malabar-naval-exercise/>

13. Cfr. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>, acesso em 08/07/2022.

**FIGURA 8****Cartografia da plataforma QUAD (Quadrilateral Initiative Dialogue)**

Fonte: adaptado a partir do mapa das “democracias do mundo” cfr Freedom House, https://www.google.com/search?q=democratic+countries+world+map+&tbmisch&ved=2ahUKewiljpbQnKr2AhX_hP0HHbqVBqCQ2-+cCegQIA-BAA&oq=democratic+countries+world+map+&gs_lcp=CgNpbWcQAzIHCCMQ7wMQJzIECAAQHjIGCAAQCBAeMgYIA-BAIEB5QpQhYrLIHYM-9B2gAc_AB4AIABWYgBgAKSAQEzmAEAoAEBqgELZ3dzLXdpei1pbWfAAQE&scit=img&ei=PNo-gYouAHv-J9u8PuquauAo&bih=568&biw=1242#imgrc=rVHFUL8tg4q1pM, acesso em 25/01/2022.

“Estados fortes não exportam fragilidades domésticas”. Nesta ótica o robustecimento interno dos Estado deve preceder a análise dos seus interesses estratégicos e a composição da respetiva agenda internacional.

Operando a evolução do pensamento neorrealista, a escola construtivista de Copenhaga eleva, deste modo, o robustecimento interno do Estado a condição *sine qua non* da sua relevância no Sistema Internacional, concebendo a segurança sob uma dupla dimensão analítica, já que alia o eixo internacional, que encontra na soberania o seu princípio-âncora, ao eixo “societal”, que encontra na coesão social o seu racional teórico (Waever, Buzan, Kelstrup, & Lemaitre, 1993). O conceito de segurança é, assim, equacionado como o produto de uma construção social com carácter sistémico e multidimensional já que, para além da componente militar, agrega em interação as dimensões políticas, sociais, económicas, culturais necessárias à coesão social.

Neste quadro teórico, a segurança nacional não pode ser considerada separadamente da estrutura organizacional e da realidade sociopolítica do Estado, atendendo a que as fragilidades políticas, económicas, sociais e culturais que estão na base da ausência de coesão social ou mesmo na origem de fenómenos de desordem social crítica, não apenas expõem o Estado a risco securitário endógeno, como geram ou acentuam a respetiva vulnerabilidade securitária externa, comprometendo a projeção da sua soberania, dos seus interesses, i.e., da sua influência geopolítica à escala regional e global.

Importa pois analisar, ainda que sumariamente, as principais características da realidade político-social indiana à luz dos referidos indicadores que tanto promovem, como condicionam, a afirmação da Índia enquanto ator relevante no Sistema Internacional.

3. Uma democracia frágil

Com apenas 75 anos de vigência, a democracia da Índia assenta numa organização política que adota uma forma institucional específica de Estado Federal, integrando 28 Estados Federados e 8 “territórios da União”. Todos os Estados, bem como dois dos territórios, exercem poder político próprio (legislativo, executivo e judicial), embora adstrito à Constituição Federal. O governo federal administra indiretamente os 6 territórios remanescentes.

Contudo, ao contrário do modelo federativo típico, não se observa a necessária prerrogativa constituinte dos Estados Federados, nem existe uma estrutura de sobreposição do poder político originário dotada de mecanismos de delegação para a Federação, pelo que em nosso entender corresponde a uma forma institucional de Estado unitário regionalizado (Miranda, 1994) o que, por si só, constitui uma vantagem no plano da coesão social.

Legatário do parlamentarismo inglês, o sistema de governo indiano observa o princípio da separação de poderes (Montesquieu, 1993), compreendendo uma magistratura judicial independente do poder político e um Parlamento bicamaral composto pelo Lok Sabha (assembleia legislativa) - cujos deputados são eleitos por sufrágio universal direto - e pelo Rajya Sabha (Conselho dos Estados), órgão permanente que integra duzentos e quarenta e cinco membros eleitos indiretamente pelos Parlamentos federados e por duas das circunscrições territoriais, mediante representação proporcional.

O Presidente da Índia é também sufragado indiretamente por um colégio eleitoral, competindo-lhe nomear o Primeiro-Ministro em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos oponentes ao Lok Sabha.

Sem prejuízo do multipartidarismo observável na Índia, o sistema de partidos demonstra uma rotação governativa relativamente baixa, com preponderância do Partido do Congresso Nacional Indiano, contemplando laivos dinásticos, atenta a longevidade dos mandatos de Jawaharlal Nehru (1947-1964), sua filha Indira Gandhi (1996-1977) e seu neto Rajiv Gandhi (1984-1989).

Tal evidência não obscurece a emergência de partidos populares, tal como o Bharatya Janata Party ou Partido do Povo Indiano, liderado pelo atual Primeiro-Ministro Narendra Modi, cujo programa ultranacionalista hindu e inerente prática política persecutória — como paradigmaticamente ilustra o

encerramento da Congregação das Missionárias da Caridade de Calcutá^[14] — comprometem o sentido de religiosidade tolerante que caracteriza a identidade coletiva indiana, deste modo, abrindo um trilho de “recessão democrática” (Diamond, 2015) no quadro de um sistema político constitucionalmente secularizado.

De facto, do ponto de vista religioso, a Índia é o berço de quatro religiões (evocadas nas próprias cores da bandeira nacional), quais sejam: o hinduísmo preponderante (79,8%), o sikhismo (1,7%), o budismo (0,7%) e o jainismo (0,4%), para além de ter acolhido outras profissões de fé tais com o islamismo — com um impressionante número de fiéis, correspondente à taxa de 14, 2% do total da população —, o cristianismo (2,3%), e o zoroastrismo e judaísmo que, em conjunto, abrangem 0,9% da população^[15].

De igual modo se afigura como fraturante a presença de movimentos extremistas com atividade terrorista, de procedência islâmica, hindu, sikh, separatista e de extrema-esquerda, que se faz sentir praticamente em todo o território, com especial relevo em Naxalita (centro-leste e centro-sul), Jammu e Caxemira e na região nordeste dos Sete Estados Irmãos, formada pelos estados contíguos de Arunachal, Pradesh, Assam, Meghalaya, Mizoram, Nagaland e Tripura (Kantha, 1999).

Todavia, a cultura milenar indiana, que originariamente resulta da osmose das culturas védica e dravídica (Santos P. M., 2015), tem sabido resistir à fragmentação territorial e política, apesar da pulverização étnica que alberga povos com características tão distintas como os preponderantes Hindus (72% da população), os Dravidas (\approx 25%) e os Mongóis que, em conjunto com outras etnias, correspondem aos remanescentes 3% do total populacional^[16].

A realidade social indiana é ainda marcada pela ancestral divisão piramidal em castas endogâmicas, evocativa da estratificação estamental medievá europeia, que torna as interações sociais rigidamente hierarquizadas, pese embora o sistema de castas ter sido juridicamente abolido em 1947, em especial a casta dos dalits ou intocáveis, totalmente ofensiva da dignidade humana.

Numa sociedade de matriz patriarcal, é também relevante observar a existência peculiar da morte por dote, através de suicídio ou homicídio, por incumprimento da prática consuetudinária consistente na promessa esponsal de transferência pecuniária e/ou patrimonial assumida pela família da noiva

14. Cfr. Jornal Público, 21 de dezembro de 2021

15. Métricas obtidas em, <https://www.findeasy.in/indian-states-by-religion/>, acesso em 21/12/2021.

16. Cfr. <https://www.worldatlas.com/articles/biggest-ethnic-groups-in-india.html>, acesso em 11/02/2022.

a benefício da família do noivo, bem como *a crítica disseminação da violência contra as mulheres*. Efetivamente, de acordo com as estatísticas da Organização Mundial de Saúde¹⁷, uma em cada três mulheres indianas é vítima de violência física ou abuso sexual.

Do mosaico étnico, religioso e social sumariamente descrito emerge uma estrutura social complexa e um ambiente social em tensão latente que é agravado por vicissitudes críticas ao nível dos efetivos populacionais. Com efeito, na Índia habitam 1.402.621.124 (em 12/03/2022), número que praticamente iguala o da população chinesa e que dobra a americana, apresentando-se com tendência para assumir a liderança demográfica mundial (Fig.9).

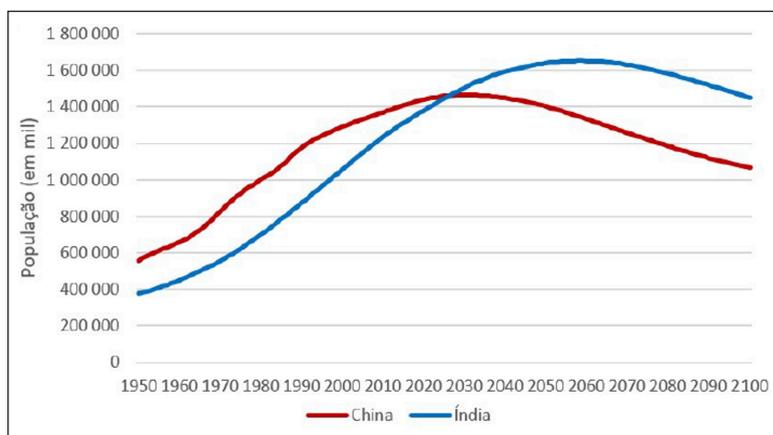


FIGURA 9

População da China e da Índia

Fonte: reproduzido de UN/World Population Prospects 2019. Cfr.<https://population.un.org/wpp2019>, acesso em 11/02/2022.

Outros dados relevantes ao nível os efetivos populacionais são evidenciados nos indicadores constantes da Tabela 2.

Os danos sociais decorrentes das métricas expostas são cumulados com os inquietantes níveis de fragilidade da população indiana que se refletem num Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,645 em 2022, que coloca a Índia na 131.^a posição mundial neste indicador. De facto, e apesar do declínio verificado nas últimas décadas, de acordo com os dados facultados pelo PNUD, 19,3% de população indiana é vulnerável a pobreza multidimensional,

17. Cfr. <https://www.who.int/data/gho/data/countries/country-details/GHO/india?countryProfileId=e150dd37-4c59-4743-8c1d-e90c1d4a545f>, acesso em 8/07/2022.

TABELA 2**Efetivos populacionais (2022)**

Densidade populacional: 473 habitantes/km ² (29. ^a a nível mundial)
Taxa de nascimentos: 16,82 por mil habitantes Número de nascimentos diários: 65.719
Taxa de mortalidade: 10,3 por mil habitantes Número de óbitos diários: 28.279
Taxa de mortalidade infantil (abaixo dos 5 anos: 29,9 por mil habitantes)
Taxa de crescimento populacional: 1,00% (108. ^a a nível mundial)
Idade média: 28,1 (homens: 27,2, mulheres:28,6)
Saldo migratório diário: 1.308

Fonte: construído a partir dos dados facultados pelo PNUD. Cfr. <https://hdr.undp.org/en/countries/profiles/IND>, acesso em 11/02/2022.

registando-se 34,7% de crianças subnutridas, num total de 8,8% da população que vive em condições de pobreza multidimensional severa nos diversos indicadores que a Figura 10, sinteticamente, plasma.

Em contraste, a economia da Índia é terceira mais desenvolvida da Ásia, imediatamente atrás das economias do Japão e da China, e a 6.^a maior do mundo em Produto Interno Bruto nominal, apresentando em 2019 uma taxa de crescimento do PIB anual de +0,4% e per capita de + 9,2 %, com um decréscimo conjuntural acentuado em 2020 de -7,3% no PIB anual e de -10,5% no PIB per capita^[18] fruto da doença pandémica COVID 19, transmitida pelo novo Coronavírus SarsCov2.

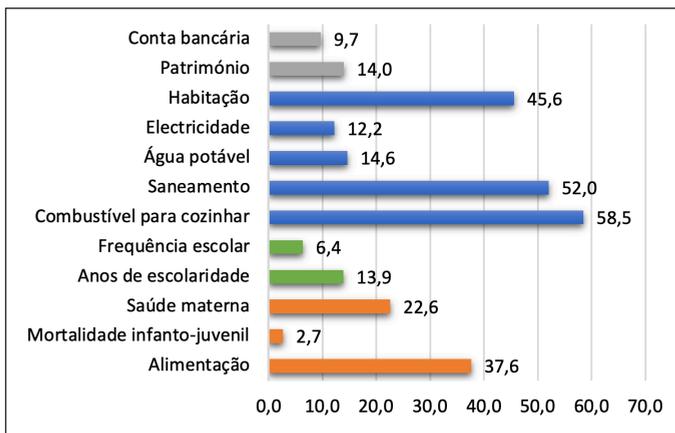
Sobressai ainda um nível de literacia geral de 76%, com uma média de escolaridade de 14 anos e um reconhecido mérito em tecnologias de informação e comunicação, mau grado a verificação de uma taxa de desemprego juvenil de 19,8%^[19]. Apesar do Inglês ser a língua mais importante para a comunicação comercial e institucional, são 22 as línguas oficiais da Índia, com predomínio do hindi (43,6%)^[20].

Por último, no plano desenvolvimento social, a Índia defronta-se ainda com dois desafio-chave que se prendem com os níveis de corrupção e de polui-

18. Cfr. [https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/india, /](https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/india,/), acesso em 12/02/2022.

19. Cfr. <https://censusofindia2021.com/literacy-rate-of-india-2021/>, acesso em 07/07/2021.

20. Cfr. <https://www.cia.gov/the-world-factbook>, acesso em 12/02/2022.

**FIGURA 10**

Segmentação percentual da população privada de qualidade de vida

Fonte: construído com base nos dados do Global Multidimensional Poverty Index 2021.

ção. De acordo com o Corruption Perceptions Index, mantém-se praticamente inalterada, na última década, a taxa de corrupção de 40% para a qual contribuem a extrema burocratização do aparelho de Estado, bem como a captura de dividendos da exploração de recursos minerais e agrícolas pelos novos oligarcas conexos à elite política^[21].

No que concerne os níveis de poluição, consciente de que a Índia é o 3.º Estado mais poluidor do mundo, logo atrás dos EUA e da China, o 1º Ministro Narendra Modi, embora sem assegurar representação no Cop26 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021), anunciou através dos *mass media globais*^[22] a estratégia indiana ambiental dos “5 elixires”, entre os quais se evidenciam:

- A redução das emissões poluentes em mil milhões de toneladas;
- O aumento da capacidade de energia a partir de fontes renováveis, capaz de satisfazer 50% das necessidades energéticas do país sem recurso a combustíveis fósseis;
- A redução em 45% da dependência do carbono na atividade económica em prol da atenuação do efeito de estufa.

21. The Wire, edição de 28 de dezembro de 2020. Cfr. <https://thewire.in/politics/india-oligarchy-constitution>.

22. Jornal de negócios, edição de 03 de Outubro de 2021. Cfr. <https://www.jornaldenegocios.pt/>.

A análise dos fatores de fragilidade que afetam a democracia indiana permite concluir que, sem prejuízo da presença conjuntural de sinais de recessão democrática, decorrente da atual ação governamental, a realidade econômico-social conhece uma expressiva, consistente e inexorável evolução que se reflete no incremento de 50,3% do índice de desenvolvimento humano em menos de três décadas (Fig.11), resultado que contribui para o robustecimento securitário endógeno do Estado e, conseqüentemente, para a sua progressiva irradiação e afirmação tanto no âmbito do QUAD, como no cenário dilemático inerente à eclosão da 2.^a guerra fria que substitui o predecessor antagonismo capitalismo/comunismo pela oposição entre democracias e autocracias no Sistema Internacional, com especial incidência na Região do Indo-Pacífico.

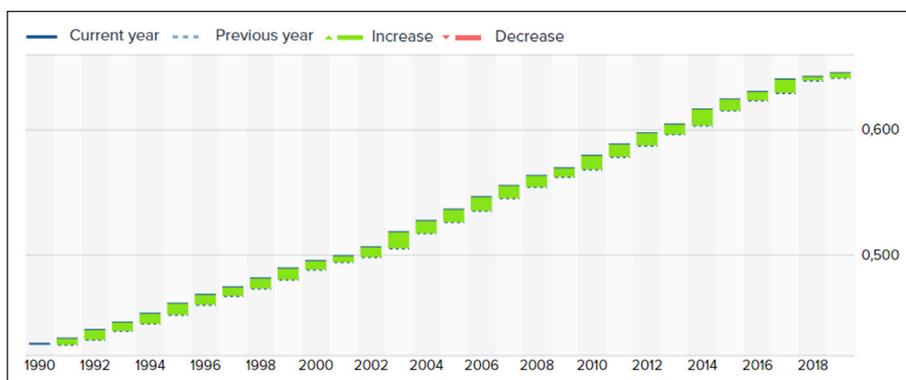


FIGURA 11

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano na Índia (1990-2019)

Fonte: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/IND>, acesso em 07/07/2022.

4. Conclusão

A dinâmica da globalização, sequente ao termo da guerra-fria, impõe uma nova ordem mundial que eleva a interdependência econômica dos Estados a um nível inigualável no processo histórico mundial.

Dita ainda a emergência de um novo clima geopolítico, indutor de uma alteração radical da configuração do poder político no mundo e conducente à eclosão de uma 2.^a guerra fria, que passa a ter tem como referente principal a vasta região da Ásia-Pacífico, colocando em relevo a importância da estabilidade securitária nas linhas de comunicação marítima que atravessam os Oceanos Índico e Pacífico e que ligam potências nucleares historicamente rivais.

Por se encontrar localizada no Oceano Índico, um dos maiores corredores do comércio marítimo mundial, a Índia assume uma indiscutível relevância geoestratégica, enquanto contrapoder marítimo da pretensão hegemônica econômica e securitária sino-cêntrica carreada pela nova rota da seda, com especial relevo da sua vertente marítima — o Spring of Pearls.

Combinando o arsenal bélico nuclear e uma poderosa frota naval com uma sutil e cautelosa teia diplomática, que procura evitar a ameaça direta aos interesses econômicos chineses, a Índia consolidou a sua presença dominante na Região do Oceano Índico. Paralelamente, a cooperação intensa no domínio econômico e securitário que a Índia mantém com os Estados membros da ASEAN e o mais recente alinhamento com o Japão, a Austrália e os EUA no âmbito QUAD, enquanto coligação securitária de Estados democráticos, permitem-lhe progressivamente reivindicar um estatuto de Estado-charneira ou de fiel da balança dos poderes na Região do Indo-Pacífico.

À referida pretensão obstam fatores endógenos ao desenvolvimento e coesão sociais, cuja consequência outorga evidentes perdas reputacionais à escala global, para além de enfraquecerem a robustez securitária do Estado, pelo que se afigura necessário que o sistema político-social indiano, proceda ao reforço do princípio da tolerância, típico das sociedades abertas (Popper, 1993) e tributário do legado pacifista de Gandhi, ao nível dos paradigmas dos valores sociais, relativos à religião, raça e hierarquização social.

Robustecimento, tanto mais facilitado, quanto o balanço dos indicadores incidentes na realidade social indiana traduz um desenvolvimento econômico em crescimento exponencial, contínuo, sustentado e amparado por um nível de literacia apreciável, capazes de reduzir significativamente as debilidades na qualidade de vida com as quais se defronta uma parte apreciável da sua população como, aliás, demonstra o incremento de 50,3% do Índice de Desenvolvimento Humano atingido pela Índia nas três últimas décadas.

Em conclusão, no cenário predito, há cerca de 300 anos, por Hegel (2001, p. 121), para quem “the History of the World travels from West to East, for Europe is absolutely the end of History, Asia the beginning...”, constituem um desafios-chave para a Índia, como Princesa do Índico, demonstrar que ao nível securitário se serve do colar de pérolas como mero adereço, ao mesmo tempo que projeta e devolve ao mundo a pujança da sua cultura milenar, multilinguística, multiétnica, secular, pacifista e democrática, numa palavra, a sua mundividência.

Data de receção: 16/03/2021
Data de aprovação: 13/07/2022

References

- Buzan, B. (1983). *People, States, and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Sussex: Wheatsheaf Books.
- Cabral, F. (2020). The rise of China in global politics: Is a peaceful power transition possible? *Daxiyangguo - Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 25, pp. 22-38.
- Callahan, W. (2016). The Belt and Road Initiative and the new regional order. *Asian Journal of Comparative Politics*, pp. p.1-18.
- Cohen, S. (2009). *Geopolitics – The Geography of International Relations*. California: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Costa, C. (2021). Portugal-India Relations within the Context of the Indo-Pacific Geoeconomics. *Daxiyangguo - Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 27, 111-131.
- Colombo, F. G. (2020). O Asian Infrastructure Bank enquanto elemento financiador da Belt and Road Initiative: demonstração de capacidade chinesa de prover bens públicos no sistema internacional. *Daxiyangguo - Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, 25, pp. 3-21.
- Daojiong, Z. (2015). China’s economic diplomacy - Focusing on the Asia-Pacific Region. *China Quarterly of International Strategic Studies*, 1 (1) , pp. 85-104.
- Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26 (1), 98-118. Obtido em 12 de junho de 2019, de <https://www.journalofdemocracy.org/articles/facing-up-to-the-democratic-recession/>.
- Djankov, S., & Miner, S. (2016). *China’s Belt and Road Initiative: motives, scope, and challenges..* Washington: Peterson Institute for International Economics.
- Dodds, K., Kuus, M., & Sharpe, J. (2013). Introduction: Geopolitics and its critics . Em K. Dodds, M. Kuus, & J. Sharpe, *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics* (p. 17). Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Du, J., & Zhang, Y. (2018). Does one belt one road initiative promote Chinese overseas direct investment? (M. N. Sarker, Ed.) *China Economic Review*, 47, pp. 189-205.
- Haushofer, K. (2002). *Analysis of Major General Karl Ernst Haushofer’s Geopolitics of the Pacific Ocean: Studies on the Relationship Between Geography and History*. Michigan: Edwin Mellen Press.
- Hegel, F. (2001). *The Philosophy of History*. Ontario: Batoche Books.
- Huntington, S. (1993). The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, 72, n.º 3, pp. 22-49.
- Hussain, Z. (2007). *Frontline Pakistan: The Struggle with Militant Islam*. New York: Palgrave Macmillan.
- India 2000 – a reference annual* . New Delhi: Ministry of Information and Broadcasting.
- Kartha, T. (1999). *Tools of Terror – Light Weapons and India’s Security;* . New Delhi: Knowledge World Editor.
- Lu, H., Rohr, C., Hafner, M., & Knack, A. (2018). *China Belt and Road Initiative - Measuring the impact of improving transportation connectivity on trade in the region*. Santa Monica; Cambridge: Rand Corporation.
- Liu, H. T., Lim, & Guanle. (2021). *The Political Economy of Regionalism, Trade, and Infrastructure Southeast Asia and the Belt and Road Initiative in a New Era*. London: World Scientific Publishing Co Pte Ltd.

- Mahan, A. (1890). *The Influence of Sea Power upon History – 1660-1783* (20.^a ed.). Boston.
- MacDonald, J., Donahue, A., & Bethany, D. (2004). *Energy Futures in Asia: Final Report in made it popular. E, [2004]*. New York: McLean, VA; Booz-Allen & Hamilton.
- Mackinder, H. (1919). *Democratic ideals and realitie – a study in the politics of reconstruction* (2.^a ed.). London: Constable & Company.
- Mawdsley, E., & MacCann, G. (2011). *India in Africa – changing geographies of power*. Cape Town : Pambazuka Press.
- Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company.
- Miranda, J. (1994). *Manual de Direito Constitucional – estrutura constitucional do Estado* (3.^a ed., Vol. III). Coimbra: Coimbra Editora.
- Montesquieu. (1993). *O Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fortes.
- Moreira, A. (2016). *Teoria das Relações Internacionais* (9.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Nash, J. (1950). Equilibrium Points in n-person Games. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of Americ* (pp. 48–49). U. S. Academy of Sciences.
- Neves, E. (2010). O Paquistão e o terrorismo transnacional na Caxemira: entre o patrocínio real e a punição virtual (1989-2009) Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. *Revista Conjuntura Austral, Vol. 1, n.º. 2*, pp. 36-54.
- Pant, H. (2008). introduction. Em H. P. (Editor), *Contemporary debates in indian foreign and security policy _ India negotiates its rise in the international system* (pp. 1-18). New York: Palgrave Macmillan.
- Pautasso, D., & Ungarett, C. (2017). A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. *Estudos Internacionais, 4* (3) , pp. 25-44.
- Pehrson, C. (2006). *String of Pearls - Meeting the challenge of China's rising power across the Asian littoral*. New York: The Strategic Studies Institut [courtesy TamilNation.org].
- Penha-Gonçalves, G. (2021). Timor-Leste: Análise de Risco Geoestratégico e Geoeconómico (2014-2020). *Revista Nação e Defesa, 159*, pp. 9-41.
- Popper, K. (1993). *A sociedade aberta e os seus inimigos* (5.^a ed., Vol. I). Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Ritzinger, L. (2015). *The China-Pakistan Economic Corridor.Geopolitical Ambitions*. Obtido de NBR - The National Bureau of Asian Research: <https://www.nbr.org/publication/the-china-pakistan-economic-corridor>, em 25/01/2022.
- Rolland, N. (2017). China's "Belt and Road Initiative": Underwhelming or game-changer? *The Washington Quarterly, 40*(1), pp. 127-142.
- Santos, P. M. (2015). *Secularismo pan-indiano vs. Fundamentalismo hindu: um contributo para a análise histórico-sociológica das ideologias do nacionalismo da Índia colonial e pós-colonial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santos, V. M., & Ferreira, M. J. (2012). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Sarkar, M. K. (2018). One belt one road initiative of China: implication for future of global development. *Modern Economy, 9*(4), pp. 623-638.

- Snyder, J. (2000). *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict*. New York: W.W. Norton & Company.
- Spikman, N. (1942). *America's Strategy in World Politics - The United Nations and the Balance of Power*. New Jersey: Publisher of record in international Social Science.
- Sware, S. (2008). The China Factor in India's Look East Policy. Em P. Rao (Ed.), *Indian and Asean - Partners at Summit* (pp. 243-251). New Delhi; KW Publishers.
- The White House (2022) *Indo-Pacific Strategy of the United States*, obtido de <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>, em 08/07/2022.
- Unger, R. (1999). *Democracia Realizada: a Alternativa Progressista*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Waever, O., Buzan, B., Kelstrup, M., & Lemaitre, P. (1993). *Identity, Migration, and the New Security Agenda in Europe*. Copenhagen.: St. Martin's Press.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics Kenneth N. Waltz*. California: Addison-Wesley Publishing Company.
- Xavier, C. (2013). Da democracia na Ásia. *Relações Internacionais*, 1, pp. 57-69.

Sobre a autora

GRAÇA PENHA-GONÇALVES é Doutora em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa) e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da mesma Universidade. As suas principais áreas de investigação e de interesse científico centram-se na Ciência Política, na Geopolítica e nas Relações Internacionais, especialmente nas questões relacionadas com a segurança internacional e com a fragilidade dos Estados. É autora de vários artigos científicos nas áreas referidas.
[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5858-3056>]

About the author

GRAÇA PENHA-GONÇALVES holds a PhD in Political Science from the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP) of the University of Lisbon (ULisboa), and a Master's in Political Law from the Faculty of Law of the same University. Its main areas of research and scientific interest focus on Political Science, Geopolitics and International Relations, especially on issues related to International Security and State Fragility. She is the author of several papers in the mentioned areas.
[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5858-3056>]